

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-**
2 **SC-AS).** Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às
3 quatorze horas, no Hotel Morro do Sol – Rua Morro do Sol, nº 100 - SC, CEP: 88210-
4 000, realizou-se a Oitava Reunião Plenária Ordinária da Comissão Intergestores
5 Bipartite da Assistência Social (CIB-AS-SC), foi apresentada a nova secretária
6 executiva da CIB, Máira Ribeiro Melo, que chamou a composição da mesa, com os
7 membros: representantes da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social
8 (SDS/SC): Maria Elisa da Silveira de Caro (titular e Coordenadora da CIB/SC); Luciane
9 Natalícia dos Passos (titular e Gerente de Gestão do Sistema Único de Assistência
10 Social), Esmael Ros da Luz (titular e Gerente de Planejamento); Jadna Mendes
11 (suplente e Gerente de Gestão do Trabalho no SUAS) e representantes do Colegiado
12 Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/SC), Magno
13 Rafael de Borba Muñoz (titular e Presidente do COEGEMAS), Daniella Cristina Zanella
14 (suplente e Secretária Municipal de Assistência Social do município de Rio do Sul/SC),
15 Luan Maciel (suplente e Secretário Municipal de Assistência Social do município de
16 Nova Itaberaba), Wilson Alexandre Mello (suplente e Secretário Municipal de
17 Assistência Social do município de Santo Amaro da Imperatriz). Estavam presentes
18 também, gestores e técnicos municipais, representantes da câmara técnica,
19 associações de municípios, Conselhos, bem como o Conselho Estadual de Assistência
20 Social (CEAS) representado por sua Conselheira Karla Regina Silva. A palavra passou
21 ao O Sr. Magno Rafael de Borba Muñoz, Presidente do COEGEMAS, agradeceu a
22 presença de todos, informou que houve reunião do Coegemas no período matutino, e
23 foi muito produtiva. Cumprimentou a Secretária Estadual de Assistência Social, Maria
24 Elisa de Caro e demais representantes do Governo do Estado, os Secretários
25 Municipais de Assistência Social, sempre presentes nas reuniões e a todos os que
26 estavam presentes. Citou que é a última reunião do ano, fez referência ao ano de 2019,
27 foi um ano produtivo e que de fato se avançou em relação à Política Pública da
28 Assistência Social. Desejou uma excelente reunião a todos. A palavra passou a
29 Secretária M^a Elisa, que deu as boas vindas a todos, agradeceu, pois se sente muito
30 bem acolhida em todas as CIBs, que há uma relação de respeito entre todos, mesmo
31 com discordâncias que acabam ocorrendo, o que é normal para o avanço nos
32 processos de aprendizagem e crescimento, que mesmo nesses momentos sempre
33 houve muito respeito. Cumprimentou a mesa, afirmando que sempre foram parceiros e
34 respeitosos. Salaria que sempre foi muito bem recebida nos municípios em que esteve
35 e que continuará a ir aos municípios, conforme prometido. Agradeceu o elogio público
36 feito na 007^a CIB de Chapecó à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de
37 Santa Catarina. Afirmou que foi um ano de conquistas, citou a conquista da Lei do
38 **FEAS (Fundo Estadual de Assistência Social)**, que foi a maior e mais importante
39 conquista deste ano de 2019. Que foram doze anos lutando, explicando, mostrando a
40 importância desta Lei e que este ano foi aprovada. Foi necessário convencer a
41 Secretaria Estadual da Fazenda, que era a Secretaria de Estado que mais freava a

42 ideia do regular e automático e que a lei foi aprovada com o regular e automático como
43 era o correto para a Política de Assistência Social. Agradece e enaltece o Governador
44 do Estado, Carlos Moisés, que foi corajoso de dizer à Secretaria da Fazenda de que iria
45 aprovar a Lei e a aprovou. Agradece a todos. Luciane dos Passos, Gerente de Gestão
46 do Sistema Único de Assistência Social, fez a leitura do Edital de Convocação da 008ª
47 Reunião Ordinária da CIB AS SC em Porto Belo. Houve solicitação de inclusão de
48 pauta, que foi o cronograma de reuniões de 2020, para CIB, pois de acordo com o
49 Regimento Interno da CIB, Resolução nº 17 de 29/04/2013, em seu artigo 9º, § 1º,
50 determina que as reuniões ordinárias no ano seguinte, serão agendadas na última
51 reunião do ano. E houve aprovação para inclusão deste item na pauta da reunião. Em
52 seguida fez a apreciação e aprovação da pauta com os seguintes pontos: **1º.**
53 **Verificação da presença e da existência de quórum**, confirmado; **2º. Apresentação,**
54 **apreciação e aprovação da pauta**, foi informado que a pauta havia sido encaminhada
55 a todos os interessados anteriormente, aberta para aprovação da Pauta, a mesma foi
56 aprovada **pelo COEGEMAS**; **3º. Apreciação e aprovação da ata da reunião plenária**
57 **anterior** com o conteúdo de acordo; **4º. Matéria de discussão:** -- - **Informe Técnico**
58 **Estadual 047 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV):** As
59 dúvidas dos municípios eram em relação ao horário de funcionamento e quadro
60 técnico. Luciane esclareceu que o referido Informe apresenta as informações e
61 diretrizes que o Ministério da Cidadania (MC) dispõe, visto que o Ministério é quem
62 normatiza a Política de Assistência Social. A dúvida foi que o Informe Técnico 047,
63 dava margem para interpretar que o Estado estivesse sugerindo a contratação de um
64 profissional para as 10 hs a mais que os técnicos que hoje compõe o quadro de
65 servidores dos municípios devem cumprir. Luciane esclarece que os equipamentos
66 devem estar abertos 40hs semanais, mas que a forma como os municípios irão dispor
67 esse horário é de acordo com as suas próprias realidades e necessidades. Esclareceu
68 ainda, que a exigência é de que os Serviços sejam continuados e que não podem
69 fechar em períodos de férias escolar. Salaria que o Calendário da Assistência Social é
70 independente, e não é o mesmo da Educação. Havendo demanda, mesmo que de uma
71 criança somente, o serviço deve estar aberto e atender. O que foi confirmado pela
72 Secretária M^a Elisa, que informou que a orientação deve ser como está determinado
73 em lei. Mas que o Estado sabe que os municípios irão adaptar para a realidade de cada
74 um. Pede o bom senso, no mínimo uma equipe mínima para caso haja necessidade do
75 atendimento. Salaria que o atendimento é obrigação legal, então o Estado solicita
76 apenas que os municípios estejam dentro da legalidade. Foi aberta a palavra, em que
77 Sr. Magno, Presidente Coegemas, informou que neste período de janeiro à março, há
78 uma redução do horário dos municípios para trinta horas, até para contenção de
79 despesas. Então o SCFV reduz também a carga horária, pois é o serviço que mais
80 onera os municípios. – **Serviços Regionalizados Proteção Social de Alta**
81 **Complexidade:** Este item e o próximo, Famílias acolhedoras, foram pautas que já
82 foram questionadas anteriormente e que é necessário esclarecer como estão os

83 encaminhamentos por parte da equipe DIAS (Diretoria de Assistência Social da SDS),
84 especialmente para os serviços de alta complexidade. Luciane citou que em 2014 foi
85 realizado, um estudo pela DIAS, que se sabe da preocupação dos municípios, assim
86 como da Secretaria de Estado, em como estão sendo implementados os serviços,
87 informa que tais questões estão sendo discutidas e estão no planejamento da DIAS.
88 Informa que no próximo ano será elaborado um estudo a respeito do tema. Foi citada
89 ainda, a proposta de regionalização do município de Lages, que é muito interessante e
90 viável de acontecer e que poderia servir de base para os demais municípios, Secretária
91 M^a Elisa, disse que o Estado tem interesse em resolver e ter um posicionamento à
92 respeito da regionalização, que já acontece desde 2014. Desta pauta Sr. Magno sugere
93 que seja solicitado às Associações de municípios, que façam um levantamento das
94 demandas e o que já há em funcionamento nas regiões das Associações. O que cada
95 região está fazendo, o que é necessário para que seja feito, informações de quantos
96 acolhimentos têm, quantas vagas têm disponíveis, se há demanda na região e quais
97 locais de atendimento. - **Família Acolhedora para pessoas Idosas e com**
98 **deficiência:** Situação similar aos serviços regionalizados. Está havendo a discussão e
99 estudo a esse respeito. Luciane informou que o Ministério da Cidadania somente
100 transfere recursos para família acolhedora de crianças e adolescentes. Mas que se
101 sabe que há demanda para idosos e pessoa com deficiência, não somente no nosso
102 Estado, mas como em outros também. Sabe-se que o serviço é importante e já
103 acontece, citou a visita institucional, realizada em Chapecó, que a experiência foi muito
104 exitosa. Salientou que o Estado está discutindo o tema e que há Resolução do
105 Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), e existe parecer do CONEDE
106 (Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência). A DIAS analisou tecnicamente e
107 como há dúvidas, tais Resoluções foram encaminhadas à Consultoria Jurídica da SDS
108 (Secretaria de Desenvolvimento Social) pois é importante para os municípios terem
109 segurança de seguir as determinações no momento de implementar o serviço. O
110 Secretário Municipal de Assistência Social de Nova Itaberaba, Sr. Luan, informou às
111 dificuldades dos municípios no momento de preencherem os dados nos sistemas de
112 informação, visto que não há campo para preenchimento para famílias acolhedoras
113 para idosos e deficientes. Citou que não conseguem registrar esse trabalho que já está
114 sendo realizado. Luciane reforçou que para o Ministério da Cidadania esse serviço não
115 é oficial, não é reconhecido e que, portanto nos sistemas de informação da RedeSUAS,
116 esses serviços não são identificados. Mas informa, que são demandas que já foram
117 levadas para reuniões de Câmaras técnicas federais, FONSEAS (Fórum Nacional de
118 Secretários Estaduais de Assistência Social) e CITs (Comissão Intergestora Tripartite),
119 informando que esta demanda precisa ser pensada, estudada e regulamentada, pois já
120 é uma realidade nos municípios. A Secretária M^a Elisa complementou a importância de
121 serem elaboradas Leis que regulamentem e facilitem os serviços que já existem nos
122 municípios. Lidiane, do município de Chapecó, informou como ocorre no município em
123 relação aos registros, em que as famílias acolhedoras e equipe técnica, são registradas

124 no mesmo molde das famílias acolhedoras para crianças e adolescente. No
125 CensoSuas, aparece apenas o preenchimento das ILPIs (Instituição de longa
126 permanência para idosos) e não família acolhedora, então não há como registrar ou
127 responder. A Secretária M^a Elisa, comentou o dificultador que existe, em informar
128 serviços realizados, mas que acontecem em outro equipamento. Citou exemplo, de
129 situações de violação de direitos que são atendidas na Gestão ou CRAS, por não haver
130 no município CREAS. Faz analogia ao serviço de família acolhedora e ILPI. Diz que é
131 realizado, porém não há registro, situação que se verifica uma lacuna nos sistemas de
132 registros. Salienta que é preciso ser alterada essa situação, pois o município oferece o
133 serviço, atende a demanda mas não recebe pelo serviço prestado. Lidiane informa
134 ainda, que Chapecó está com dificuldades em relação ao sistema do Acessuas
135 trabalho, que não aceita empresas parceiras. Luciane informou que as dificuldades do
136 sistema RedeSuas foram identificadas e que o Estado repassou ao MC (Ministério da
137 Cidadania), para que eles possam pensar nessas demandas que existem e que não
138 são registradas em nenhum momento. Vanessa do município de Ascurra solicitou a
139 palavra e informou que no seu município há somente CRAS, e os atendimentos são
140 inseridos no RMA (Registro Mensal de Atendimento), porém sente falta de um retorno
141 do Estado. Salienta também que há equipe de média complexidade na Gestão, e os
142 atendimentos não são registrados no RMA, tendo em vista que apenas os CREAS
143 realizam tais registros. Afirma que o serviço é executado e não se recebe auxílio. A
144 Secretária M^a Elisa informou que é muito importante o registro para se ter os números
145 para informar ao MC, para que se possa exigir um posicionamento, a partir de dados e
146 números do que acontece nos municípios, das suas dificuldades. Vanessa informa que
147 os municípios de Ascurra, Apiúna e Rodeio, possuem o serviço de família acolhedora
148 regionalizado. O Presidente do Coegemas, Sr. Magno, cita que Treze Tílias também
149 possui o serviço de forma regionalizada. Secretária M^a Elisa, solicita que todos os
150 municípios que já tiverem serviços regionalizados de alta complexidade que
151 encaminhem à DIAS, formalmente as informações de como se organizam, quantos
152 municípios, quantas pessoas atendem, de forma bem detalhada, e enviar para email da
153 DIAS (dias@sst.sc.gov.br), assim a SDS compilará esses dados para elaborar um
154 documento com muita consistência e terá exemplos de como funciona o referido
155 serviço, que já estão ocorrendo, que é possível de ser realizado, e o que é necessário
156 para regularizar a situação. Márcia do município de Tijucas, solicita informações a
157 respeito do Acessuas, pois está com dificuldades no preenchimento, em relação as
158 pessoas que participaram das oficinas. Jadna, Gerente de Gestão do Trabalho no
159 Sistema Único de Assistência Social, informou que os municípios devem procurar
160 orientação no MC, pois o Estado não fez a pactuação do Acessuas trabalho, desta
161 forma quem responde é o MC, o contato deve ser diretamente com Brasília. Márcia
162 relata a preocupação, pois sem registro não tem como comprovar a participação dos
163 usuários nas oficinas que foram financiadas pelo MC. Jadna sugeriu que entre em
164 contato com a Gerente da Proteção Social Básica, Maristela, que poderá orientar a

165 respeito do apoio técnico. Luciane informa que a equipe DIAS está em reunião com as
166 técnicas do MC, sobre o referido programa. Ressalta que o suporte técnico é com o
167 MC. – **Documentação de Registro do Coegemas:** Magno, Presidente Coegemas,
168 relatou que foi realizado o registro do Coegemas no Cartório e que na próxima semana
169 será resolvido também o CNPJ (Cadastro de Pessoa Jurídica), sendo que o Coegemas
170 ficará registrado corretamente. Informou que foi difícil registrar, que foi necessário levar
171 muitas vezes a documentação ao Cartório. Informa que a Associação já está registrada
172 oficialmente há 03 meses. A Secretária do Estado M^a Elisa registra o esforço desta
173 gestão do Coegemas para regularizar a situação, pois quando soube da falta de
174 registro ficou muito preocupada, pois tudo que havia sido deliberado não teria valor,
175 sem o registro do Coegemas. Ressalta e enaltece a gestão atual do Coegemas, na
176 figura do Presidente, Sr. Magno, que conseguiu resolver a situação, o que é um mérito
177 importante. – **12^a Conferência Estadual de Assistência Social:** A Conferência
178 aconteceu nos dias 11 e 12 de novembro, na Assembleia Legislativa do Estado,
179 Luciane informou que a participação foi expressiva. Citou o contexto complicado em
180 que ocorreu a Conferência, pois em nível Nacional não houve a chamada oficial do
181 Governo Federal. Assim, alguns Estados não fizeram Conferência, bem como alguns
182 municípios. Em Santa Catarina foi deliberado que haveria a etapa estadual, o Estado
183 se encarregou dos gastos com alimentação, local e organização do evento. Luciane
184 trouxe alguns dados: 260 municípios realizaram suas conferências municipais e
185 encaminharam suas propostas. A UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) se
186 responsabilizou pela relatoria da Conferência Estadual, que tabulou as propostas
187 deliberadas pelos municípios, que foram encaminhadas para o Governo Estadual e
188 para o Governo Federal. Luciane relata a satisfação de concluir a etapa estadual,
189 mesmo com algumas dificuldades. A Secretária M^a Elisa agradece as pessoas que
190 trabalharam na Conferência, salientou que houve a mobilização das técnicas da DIAS,
191 bem como de outras gerências da SDS. Agradeceu também a Profa. Luziele Maria de
192 Souza Tapajós, da UFSC, com sua equipe de relatoria, registra ainda, a parceria do
193 CEAS, pois já foi Conselheira muitos anos e sabe a luta de representar ou a Secretaria
194 ou o município ou uma instituição. Deixou claro que desde o início do processo, havia
195 sido dito que por ser uma Conferência extraordinária e não ter sido convocada, não
196 poderia ser oficial, portanto os recursos financeiros que fossem liberados seriam
197 irregulares. E todos acordaram que juntos iriam realizar a conferência. Porém no
198 decorrer do tempo houveram desgastes. Salienta que a SDS pagou toda a
199 alimentação, trabalho de organização da Conferência, que foi a equipe da SDS que
200 organizou. Afirma que o Estado não foi ausente, que as servidoras da SDS fizeram
201 muito, junto com o CEAS e UFSC. Informa ainda, que o governo fez tudo que era
202 possível fazer dentro da legalidade, nada foi feito de forma irregular. Salienta que ficou
203 feliz e satisfeita com a Conferência, que estava muito organizada e tudo o que foi
204 deliberado foi levado para Brasília. O essencial da Política Pública foi encaminhado
205 para União. Reforça que o importante é a defesa da Política Pública e agradeceu a

206 presença daqueles que participaram da Conferência. Foi passada a palavra para a
207 conselheira do CEAS, Karla Regina Silva, que afirmou que a Conferência foi muito rica
208 e produtiva. Todos os entes não mediram esforços para realização da Conferência.
209 Pede desculpas por algum erro que possa ter acontecido, que houve alguns impasses
210 no final, mas que para quem conseguiu ir foi muito proveitoso, alguns foram para
211 Brasília com seus próprios recursos, mas com o objetivo de contribuir para o coletivo.
212 Tudo que foi deliberado na etapa estadual foi para a etapa federal. Alguns delegados
213 que conseguiram ir para a Conferência Nacional por suas entidades ou com recursos
214 particulares representaram o Estado. A Conferência Nacional foi um movimento muito
215 organizado e um espaço de debate da mesma forma que foi a etapa estadual. É
216 preciso acreditar que as deliberações serão aceitas. A Secretária M^a Elisa agradeceu a
217 Conselheira Karla, por ter trabalhado muito na Conferência Estadual e por estar
218 presente na CIB trazendo seu relato verdadeiro. Sr. Luan (Secretário Municipal de
219 Assistência Social de Nova Itaberaba) faz o questionamento de que o Estado não
220 custeou à ida dos Delegados à Conferência Nacional. A Secretária M^a Elisa esclarece
221 que quando o evento não é oficial qualquer gestor precisa tomar cuidado, pois está
222 pagando uma despesa que posteriormente não se pode comprovar ou justificar gastos.
223 A Conferência Nacional não foi convocada pelo Conselho Nacional de Assistência
224 Social (CNAS) e Governo Federal. Foi feita à crítica ao CNAS, por não ter chamado a
225 Conferência Nacional, o que causou muitos problemas ao Estado de SC, pois quando o
226 Gestor autoriza o pagamento, precisa do respaldo, da legitimidade, pois posteriormente
227 quem responde juridicamente é o Gestor. É necessário primar pela legalidade, exigir
228 que as coisas sejam feitas dentro da lei. Sr. Magno também ponderou que o que já
229 passou não tem como ser revertido. A Sra. Daniella (Secretária Municipal de
230 Assistência Social de Rio do Sul) informou que foi veiculada notícia de que o Tribunal
231 de Contas do Estado (TCE) desmentiu a SDS, quanto a notícia que o TCE orientou a
232 Secretaria de Estado à não liberar recursos para a CNDAS (Conferência Nacional
233 Democrática de Assistência Social). Afirma que como gestores, todos sabem da
234 dificuldade de organizar um evento desse porte. Informou que houve a desistência de
235 muitos delegados, que alguns receberam passagem por intermédio da Sociedade Civil,
236 então ocorreu um esvaziamento por parte dos delegados e não fazia sentido o Estado
237 disponibilizar um ônibus para levar 03 delegados somente. Então entende que foi um
238 contexto em que todos ficam tristes, pois seria importante que todos os delegados
239 pudessem ter comparecido a Conferência Nacional. Sr. Wilson Alexandre (Secretário
240 Municipal de Assistência Social de Santo Amaro da Imperatriz), questiona se os
241 municípios que enviaram delegados para etapa Estadual estão em situação irregular. A
242 Secretária M^a Elisa salienta que para Conferência Nacional, sim, pode ser questionado.
243 Informou que o CEAS, na pessoa de sua Presidente, Luciane dos Passos e a DIAS, na
244 pessoa de seu Diretor, Alexandre Sampaio, participaram de reunião no TCE para
245 esclarecer essas dúvidas em relação aos gastos de recurso com as Conferências e a
246 orientação que tiveram foi para se ter cautela com o fato de ser extraordinária e não

247 convocada pelo órgão gestor federal. Não houve parecer escrito, mas houve a
248 orientação verbal, oficial, em reunião agendada com esta finalidade. Então salienta que
249 quando a SDS informou em nota, que teve a orientação do TCE, está sendo
250 verdadeira. Luciane informa que a Conferência Estadual foi legítima, convocada pelo
251 Governo Estadual, que tem como ser comprovada as despesas, que foram realizadas
252 de forma regular, que foi somente para a Conferência Nacional que ocorreram
253 problemas. Quanto à utilização de recursos para a Conferência Estadual, deixa claro,
254 que não houve nenhuma irregularidade. - **Cronograma de Reuniões CIB – 2020:** O
255 Coegemas em reunião de alinhamento apresentou proposta de calendário que foi
256 discutida no período da manhã no colegiado do Coegemas. O Estado apresentou duas
257 sugestões de alteração, que são nos meses de abril e maio, que passou para os dias
258 23 e 21 respectivamente. Sr. Magno informou que agosto, setembro e início de outubro,
259 não haverá reuniões da CIB e Coegemas, devido ao período de eleições municipais.
260 Assim a mesa concordou e aprovou o cronograma 2020. Luciane informa que eram
261 esses os pontos de pauta e passa a palavra para algum questionamento que possa
262 haver em relação aos informes, já enviados anteriormente por e-mail. Sr. Magno expôs
263 que no período matutino, na reunião do Coegemas, houve debate em relação ao
264 CapacitaSUAS e foi questionado a morosidade do Estado, que está há mais de dois
265 anos para fazer a licitação do CapacitaSUAS, que se este recurso tivesse ido direto
266 para os municípios as capacitações já teriam acontecido. Informou também que para
267 alguns municípios enviarem seus técnicos para capacitação em Florianópolis, é
268 bastante caro, que deveriam ser pensadas outras possibilidades para as capacitações.
269 A Sra. Jadna respondeu ao questionamento, informando que a última execução do
270 CapacitaSUAS ocorreu em 2017 em 04 polos. Foi iniciado o termo de Referência de
271 Educação Permanente desde 2018 e o processo de licitação do CapacitaSUAS foi
272 marcado para 2018, porém foi impugnado por uma Universidade. Desta forma, na nova
273 Gestão da SDS, foram feitos alguns alinhamentos, inclusive com sugestões da própria
274 CIB em 2018. Foram feitas algumas alterações durante o ano de 2019. Serão
275 realizados em 09 polos, haverá uma execução de 02 dias, depois retorna-se e realiza-
276 se por mais 03 dias, conforme sugestão da própria CIB. Tudo pensado para que os
277 técnicos não fiquem longe dos municípios e de seus locais de trabalho por muito
278 tempo. Informa ainda, que o CapacitaSUAS vem com uma proposta de execução do
279 Governo Federal e o Estado deve seguir o Cronograma do CapacitaSUAS. No dia 03
280 de dezembro de 2019, acontecerá o processo de licitação das universidades, depois de
281 10 dias haverá a primeira reunião com a(s) universidade(s) que forem vencedoras, para
282 serem vistas as demandas das regiões do Estado. É um evento de muita
283 responsabilidade, a execução está prevista para iniciar em março de 2020, também
284 porque depende do cronograma das Universidades, que tem 120 dias para iniciar a
285 execução. Naiara da AMMVI questiona qual a definição dos polos e Jadna informa que
286 a definição dos polos foi estudada pelo Núcleo Estadual de Educação Permanente do
287 SUAS que é composto por Instituições de Ensino, Conselho Estadual, Fórum de

288 Usuários e Trabalhadores, Coegemas e o Estado. A Secretária M^a Elisa esclarece o
289 que foi questionado por Sr. Wagner (Secretário Municipal de Assistência Social de
290 Joinville), na 07^a CIB em Chapecó. Informando que as despesas com as Instrutoras das
291 capacitações do Bolsa Família foram pagas pelo Estado. Afirmou que são excelentes
292 profissionais, que são convidadas pela qualidade do trabalho e que o Estado paga
293 todas as despesas. Jadna chama atenção para o informe do CapacitaSUAS, que
294 haverá cursos de atualização a respeito de especificidades, que são para os técnicos
295 que já estão há bastante tempo na Política de Assistência Social e curso de introdução
296 ao exercício de controle social, desta forma, é necessário ficar atento aos cursos. Sr.
297 Luan solicita informação a respeito da porcentagem do cofinanciamento para o próximo
298 ano. A Secretária M^a Elisa explica que a Secretaria da Fazenda mandou para ALESC
299 (Assembleia Legislativa de Sta. Catarina), o orçamento de 2020, para aprovação. Com
300 o fechamento das contas de 2019, das contas que serão pagas, o que será amortizado
301 da dívida, é que a Secretaria da Fazenda poderá avaliar o que terá de fato, para o
302 cofinanciamento da Assistência Social. Afirmou que ficou claro que foi mandado um
303 orçamento prévio e acredita, pelos dados de fechamento, que será possível melhorar
304 os valores para o cofinanciamento de 2020. O compromisso desta Gestão é buscar
305 mais recursos para o cofinanciamento, sabe-se que o recurso disponibilizado é pouco.
306 Outro ponto, que a Gestão se prontificou, era entregar os dados dos custos para poder
307 justificar a necessidade de se ter mais recursos, é necessário mostrar o quanto se
308 gasta para poder pleitear por mais recursos. **6^o Encerramento:** Passada a palavra
309 para Sr. Magno, que chamou atenção para o cuidado com o orçamento, pois sempre o
310 que foi orçado é o que poderá ser utilizado. Deseja que realmente possa haver uma
311 recomposição e os municípios esperam realmente que isso seja possível. Agradece e
312 parabeniza, mais uma vez, a Gestão da Secretária M^a Elisa, que honrou com o
313 cofinanciamento deste ano. Salientou a decepção com o Governador do Estado, Sr.
314 Carlos Moisés por não ter recebido os municípios ainda, que estão solicitando reunião
315 desde março, pois acredita que o diálogo é importante. E esta é uma pendência que
316 ficará com o término deste ano, apesar dos grandes avanços que se teve, a Lei do
317 FEAS, a interação do Coegemas e a CIB, cita que foi um dos melhores anos, o que
318 mais fluiu o diálogo, conversas, tratativas, a discussão Política Pública avançou para
319 além da questão do cofinanciamento. Nesse sentido o ano termina alegre, sabendo que
320 o trabalho valeu a pena. Informou que provavelmente deixará o Colegiado no início do
321 ano de 2020, com a sensação de dever cumprido, sabendo que foi feito o máximo que
322 foi possível realizar. Agradece a todos. A Coordenadora e Secretária M^a Elisa encerra a
323 008^a Reunião Plenária Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência
324 Social de Santa Catarina, agradecendo, afirmando que honrou com os compromissos
325 que assumiu com os municípios, que irá lutar para aumentar os recursos para o
326 próximo ano, e acredita que será contemplada, pois embasará a solicitação de com
327 base em dados (números) que justificarão a necessidade de aumento dos recursos,
328 reafirma seu compromisso com os municípios. Afirmo que foi um ano produtivo da CIB,

329 pois além de tratar temas como recursos, foi debatido, tratado e pactuado a respeito da
330 Política Pública. Deseja que se continue a harmonia e franqueza, sempre tentando
331 resolver as dificuldades juntos. Afirma que só tem a agradecer por este ano de CIB,
332 que foi muito bem acolhida e respeitada em todos os municípios que esteve, que foi
333 uma oportunidade de crescimento. Agradece, deseja bom final de ano para todos.
334 Afirma que todos estão no caminho certo, com convicção de estarmos fazendo a coisa
335 certa. Nada mais havendo a tratar, eu Máira Ribeiro Melo – Secretária Executiva da
336 CIB AS SC, lavrei a presente Ata, cuja gravação encontra-se nos arquivos da
337 Secretaria Executiva da CIB-AS-SC.